

O *RANKING* DAS ESCOLAS E O MERCADO ESCOLAR: CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

DAIANI DAMM TONETTO RIEDNER

Resumo: este trabalho é um desdobramento de uma pesquisa em desenvolvimento. O texto busca compreender de que forma o Enem se estruturou ao longo dos anos até se transformar em um exame, que unifica a seleção dos estudantes para o ingresso no Ensino Superior, bem como as relações que os *rankings* estabeleceram com o mercado escolar. Compreendemos que o *ranking* das escolas possivelmente é influenciado por comportamentos oportunistas, tanto da mídia como do MEC. Por outro lado, os *rankings* podem prover informações relevantes para diversos públicos, que têm diferentes interesses no uso dos dados. É notório que qualquer tipo de *ranking* em educação apresenta problemas e é passível de críticas, mas os dados precisam ser lidos para a compreensão do investimento público realizado em sua construção, bem como as estratégias do capital no campo educacional.

Palavras-chave: Enem; *ranking*; mercado escolar.

1 Introdução

Este trabalho é um recorte de pesquisa e trata do Exame Nacional do Ensino Médio, tendo em vista o interesse de investigação em duas escolas com base nos resultados obtidos no Enem e divulgados amplamente pelas mídias, que por sua vez hierarquizam e classificam as escolas.

O exame faz parte da Base de Dados Educacionais, da qual fazem parte também o Censo Escolar, o Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica, o ENADE, o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Como parte do Sistema de Avaliação Nacional, o ENEM obedece ao que se propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Título 4, Artigo 9, Inciso VI, no qual a União fica responsável por “[...] assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”. (BRASIL, 1996, p. 24).

Em que pesem as críticas que o Exame tem sofrido, principalmente pelas falhas técnicas na aplicação das provas, ele ganhou “credibilidade” e se estruturou ao longo dos anos, fomentando a pesquisa no campo da educação.

Um dos problemas mais frequentes diz respeito ao uso da nota dos estudantes para servir de base à criação de *rankings* entre as escolas, principalmente as instituições privadas. O que nos remete à discussão das expectativas educacionais que se colocam nesse momento da escolarização, que é decisivo para a escolha do futuro profissional.

Os cursinhos preparatórios para o ENEM já surgiram como uma “febre”, consolidando a ideia de que o mercado escolar está atento às mudanças estruturais e já se encarrega de vender o seu produto para os consumidores interessados em uma vaga numa Instituição Federal de Ensino Superior. Brandão et al (2004) mostra que no Rio de Janeiro as escolas ganham o status de “prestígio”, passando assim a serem denominadas e difundidas pela mídia especializada, por meio de *rankings* educacionais.

O questionamento basilar deste trabalho está em compreender de que forma o Enem se estruturou ao longo dos anos até se transformar em um exame que agora unifica a seleção dos estudantes para o ingresso nas Instituições Públicas de Ensino Superior, bem como compreender as relações que os *rankings* escolares estabeleceram com o mercado escolar e com a expectativa de sucesso escolar de todos os envolvidos no processo educativo.

2 O Exame Nacional do Ensino Médio: implicações históricas

O Enem foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes no final do ensino médio e também dos egressos deste nível, tendo como base as competências e habilidades para o pleno exercício da cidadania. Além disso, o exame objetiva oferecer uma referência para os estudantes, com relação às suas escolhas futuras no que diz respeito ao mercado de trabalho e à continuidade nos estudos (BRASIL, 2000).

Para Machado e Lima (2012), o ENEM está situado no âmbito da reforma do Ensino Médio que, desde sua origem, carrega o dilema de, por um lado, evidenciar o caráter de finalização da escolarização e entrada no mercado de trabalho e, por outro, ser propedêutico, caracterizando-se como uma etapa preparatória para prosseguimento dos estudos no ensino superior.

A reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 30 de agosto de 1999, traz uma informação relevante para compreendermos a estruturação desse exame no Brasil. Em entrevista, o então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, afirmou que o ENEM poderia ser utilizado pelas empresas para seleção de mão-de-obra, a partir da divulgação dos resultados do exame. Para o ministro, o ENEM funcionaria como uma espécie de credencial

para o aluno, pois indicaria para os empregadores, assim como para as universidades, as habilidades e competências pessoais dos candidatos (ATHIAS, 1999).

Em 27 de agosto de 2000, outra reportagem do mesmo jornal apresenta o ENEM como um forte candidato à substituição do tradicional vestibular, devido ao aumento no número de universidades e faculdades que passaram a aceitar a nota do exame como parte do processo de seleção dos seus estudantes (AVANCINI, 2000).

No ano de 2000, duas universidades estaduais de São Paulo, USP e Unesp, passaram a utilizar a nota do ENEM para contar pontos no ingresso dos estudantes. Com o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), em 2010, a Unesp utilizou a nota do ENEM apenas como porcentagem da primeira fase do seu vestibular. Em 2011, a Unesp considerou a nota para ajudar o estudante a compor a nota final, o que corresponderia a 10% da avaliação.

Em 2002, o foco dos estudantes que prestavam a prova já era com vistas ao vestibular. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, de 26 de agosto de 2002, o Ministro da Educação Paulo Renato Souza não hesitou em dizer que o ENEM surgiu com o intuito de substituir gradativamente os vestibulares. Para ele, a relação do ENEM com o vestibular não descaracterizaria os objetivos do exame, que é estabelecer uma avaliação dos alunos do ensino médio, como etapa final da educação básica (CAFARDO, 2002).

É perceptível que o ENEM e o vestibular estão no auge das discussões sobre as questões educacionais na mídia. Carneiro (2012) faz uma crítica ao ensino médio brasileiro, que deveria ser a etapa final da educação básica e que, sobretudo com o “novo Enem”, passou a ser uma etapa preparatória para o acesso à universidade, transformando-se em um “Ensino Mídia”. Para Carneiro (2012, p. 22),

[...] a mídia brasileira sempre deu especial destaque a notícias ligadas ao vestibular. Em tempos recentes, os investimentos das grandes redes privadas de ensino para anunciar os nomes e fotos dos alunos bem posicionados nos seus vestibulares são volumosos e agressivos sob o ponto de vista de *marketing* empresarial.

Carneiro (2012) alerta que o ENEM se tornou matéria obrigatória na mídia nacional, seja pelos frequentes equívocos de administração que têm acompanhado o exame principalmente após a reestruturação de 2009, seja pela importância que ele passou a ter como uma “senha” de ingresso para as universidades.

Para Mandelli (2010), o ENEM é visto pelos estudantes como um trampolim para a universidade e pelo mercado educacional, como um vestibular. Nesse sentido, os cursinhos

preparatórios para o Exame visam atender à demanda dos estudantes que estão cada vez menos interessados em grandes vestibulares como o da Fuvest, por exemplo. O que faz a procura pelos cursinhos “Pró-ENEM” crescerem rapidamente (MANDELLI, 2010). Para Alípio Casali, professor da Pós-graduação em Educação da PUC-SP, “O Enem entrou na rota do mercado educacional, que é agressivo por natureza e tenta, a todo custo, suprir o que a escola deveria ter feito e não fez.” (MANDELLI, 2010, p. 1).

[...] o Enem, em seu novo formato, trouxe um vigoroso *up grade* comercial e lucrativo aos cursinhos. É impressionante a preocupação deles em divulgar a lista das universidades federais, estaduais e, segundo dizem, “das melhores faculdades privadas do país” [...]. (CARNEIRO, 2012, p. 34-35).

A tabela a seguir mostra o significativo aumento da participação dos estudantes no Exame. Em 1999, a USP, a Unicamp e a Unesp, consideradas as três universidades públicas mais prestigiadas do sistema universitário brasileiro, passam a considerar os resultados do Exame como parte da nota para acesso aos cursos. A partir de 2001, os estudantes egressos das redes públicas passam a ter isenção da taxa de inscrição para o exame, além das inscrições das unidades prisionais.

Tabela 1 – Inscrições do ENEM de 1998 a 2012

Ano	Número de inscritos
1998	157.221
1999	346.953
2000	390.180
2001	1.624.131
2002	1.829.170
2003	1.882.393
2004	1.552.316
2005	3.004.491
2006	3.731.925
2007	3.568.592
2008	4.004.715
2009	4.147.527
2010	4.611.441
2011	6.221.697
2012	6.497.466

Fonte: MEC/INEP. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

Em 2004, mais de 600 Instituições de Ensino Superior manifestaram formalmente o seu interesse em utilizar os resultados do ENEM em seus processos seletivos, sendo que as próprias instituições é que fixavam os critérios de utilização dos resultados (BRASIL, 2007).

E desde então, o número de inscritos no ENEM só aumentou, o que revela o maior interesse dos jovens pelo ensino superior diante das possibilidades que o Programa Universidade Para Todos – ProUni (2005) e, posteriormente o Sisu passaram a oferecer. Para Klein e Fontanive (2009, p. 597),

O principal incentivo para que os concluintes e egressos do ensino médio façam o ENEM é a possibilidade concreta de ingressar no ensino superior, pois, a nota obtida no exame pode significar tanto uma bolsa integral ou parcial do ProUni quanto ajudar na conquista de uma vaga em algumas das mais prestigiadas instituições de ensino superior do País.

A Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, instituiu e regulamentou o Sistema de Seleção Unificada. No ano de 2012, o Sisu 1º/2012 foi aderido por 96 instituições públicas de ensino superior e no Sisu 2º/2012, 56 estão participando do processo seletivo, destinando suas vagas para serem preenchidas pelos estudantes que realizaram o ENEM no ano de 2011.

Até 2009, o ENEM avaliava apenas habilidades gerais dos estudantes, ou seja, os conteúdos específicos do currículo não eram contemplados pelo Exame. O foco de avaliação do Exame era baseado na capacidade de leitura, interpretação de texto e também aplicação de conceitos.

A partir da edição 2009, o ENEM apresentou um novo formato, com maior número de questões, 180 no total, agrupadas em quatro áreas de conhecimento, com 45 questões cada: linguagens, códigos e suas tecnologias (que inclui a redação), matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias. Logo, conteúdos básicos ou conceituais pertinentes ao ensino fundamental são doravante focalizados.

O novo ENEM também possibilitaria a comparação dos desempenhos dos estudantes ao longo do tempo. Além disso, a utilização do ENEM como forma de seleção unificada pelas Instituições Federais de Ensino Superior teria “[...] como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.” (ANDRIOLA, 2011, p. 116).

O objetivo do MEC seria democratizar as oportunidades de concorrências às vagas nas instituições públicas de ensino superior, pois, nesse novo formato, o candidato tem a possibilidade de fazer o Exame na cidade onde reside, sem necessidade de ter gastos com

deslocamento, o que já garantiria uma oportunidade de acesso a quem não tem poder aquisitivo para esse fim. Além disso, o MEC também acredita na possibilidade de utilizar o ENEM como um instrumento de indução da reestruturação dos currículos do Ensino Médio, trazendo a possibilidade de uma relação mais estreita entre este e o Ensino Superior (SANTOS, 2011).

3 Enem e os *rankings* das escolas: notas sobre escolas privadas e mercado escolar

É inegável que o ENEM tornou-se uma referência na hora de os pais escolherem as escolas dos filhos. As escolas, principalmente as privadas, estampam com orgulho seus melhores resultados nos vestibulares e, agora, no ENEM para atrair os pais, que acreditam que uma escola que apresenta bons resultados nos exames é uma escola “puxada”, que exige disciplina e comprometimento do estudante com os estudos.

Em entrevista ao Jornal *O Estado de S. Paulo*, Eduardo de Carvalho Andrade, pesquisador do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), alerta que a escolha de uma escola não pode ser orientada apenas pelos *rankings*. Para ele, os estudantes e os pais estão olhando para os *rankings* sem saber de que forma eles estão sendo compostos, pois existem escolas que selecionam os melhores alunos para fazer o exame, a fim de manterem-se no topo e, assim, aumentarem a procura pelos seus serviços (MANDELLI, 2010).

Andrade (2011) também alerta que o *ranking* das escolas possivelmente são influenciados por comportamentos oportunistas, tanto das mídias como do MEC, que, por sua vez, não admite ser a favor dos *rankings*, mas não hesita em divulgar os dados sem se preocupar com o uso que a mídia pode fazer deles. Hilário (2008) comprova esse interesse do MEC com base na fala do historiador Sérgio Tiezzi, então assessor especial do ministro Paulo Renato Souza, na ocasião da implementação do ENEM.

Tiezzi passou a integrar a equipe do Inep com a incumbência de criar um sistema de divulgação sistemática dos resultados do ENEM, com o objetivo de promover o debate público dos seus resultados pela sociedade brasileira. Dessa forma, o MEC passa a estimular o ranqueamento dos estados e municípios com a divulgação dos melhores e piores resultados do Exame. Para Lopes e López (2010, p. 101) o interesse pelos *rankings* “[...] gera as apressadas conclusões extraídas desses resultados, vinculando de forma imediata e simplificadora as notas dos alunos com a suposta qualidade das escolas.”

De acordo com Sérgio Tiezzi, o *ranking* estimularia “[...] uma competição saudável de secretários estaduais e municipais de educação que não desejam que seus municípios e estados estejam mal pontuados na comparação com os outros.” (HILÁRIO, 2008, p. 100). Esse fato confirma a ideia de que a divulgação dos resultados do ENEM pelas mídias tinha inicialmente o interesse do MEC, para que o *ranking* aumentasse a competitividade entre as escolas e que essa competitividade estimulasse mudanças e consequentes melhorias na qualidade da educação, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.

Para Hilário (2008, p. 96), o ENEM traduz uma proposta e uma necessidade de avaliação, que pretende adaptar os currículos da educação básica, de forma que ele se adapte “[...] aos novos padrões de produção que estão surgindo e aos fenômenos políticos e culturais decorrentes da utilização intensa de tecnologias da informação.” Na realidade, a proposta de divulgação dos resultados e o ranqueamento das escolas é, segundo Sérgio Tiezzi, o principal mérito do ENEM, pois à medida que a sociedade tem conhecimento dos resultados, torna-se responsável por cobrar medidas de melhoria da qualidade de educação.

Assim como Sérgio Tiezzi previa, os *rankings* têm apresentado o potencial de prover informações relevantes para diversos públicos, que têm diferentes interesses no uso dos dados. De uma forma geral, Andrade (2011) demonstra de que forma os *rankings* podem ser utilizados para diferentes interesses.

Até 2010, as escolas eram comparadas sem nenhum rigor, pois não havia um controle da média de participação dos estudantes. E para inibir a comparação de escolas muito diferentes e os *rankings* sem critérios que são feitos comumente pela mídia, o MEC modificou a forma de divulgação dos resultados por escolas. A partir de então, as escolas foram divididas em grupos e a divulgação por taxa de participação indica a representatividade desses resultados.

No relatório pedagógico de 2007 (BRASIL, 2008), o último disponível no *site* do Inep, observamos que o panorama de desempenho dos estudantes é dividido claramente pelas diferenças associadas à escola pública e à escola privada. E “[...] Para todos os segmentos internos às variáveis selecionadas, a escola particular apresenta-se invariavelmente melhor do que a escola pública. Na parte objetiva da prova a diferença é ainda maior.” (BRASIL, 2008, p. 132).

Os números apontam que as instituições de ensino privadas possuem em maior número, laboratórios de informática, bibliotecas, laboratórios de ciências, quadras de esportes,

salas de audiovisual, melhor infraestrutura dos estabelecimentos, maior índice de aprovação e menor índice de evasão.

Para Torres-Santomé (2003), uma das estratégias mais utilizadas pelas escolas privadas para atrair novos clientes são os resultados das avaliações. Nesse sentido, é importante que a escola mantenha apenas os bons estudantes que vão garantir os melhores resultados, dando prestígio à instituição de ensino. Dessa forma, as famílias acabam sendo mobilizadas pelas expectativas escolares.

[...] é possível que instituições acionem mecanismos diversos para expulsar seus piores alunos, de forma que eles não representem a escola no Enem, inflando artificialmente a média da escola e, por conseguinte, alcançando uma melhor classificação no ranking. Em paralelo, as escolas preocupadas em recuperar alunos com dificuldades seriam piores ranqueadas, mesmo que em tese possam ser mais eficientes do ponto de vista educacional. (ANDRADE; SOIDA, 2012, p. 6).

Assim como as empresas, as escolas privadas colocam à disposição dos “clientes” serviços educacionais de “qualidade” e que prometem ou “garantem” aos consumidores o “sucesso escolar”. Por sucesso escolar entendemos trajetórias de êxito, fruto de estratégias empreendidas por combinações tensas ou cooperativas entre famílias e escolas, a fim de corroborar na longevidade escolar (BRANDÃO, 2010).

De modo geral, o “sucesso escolar” está pautado na certificação que, em primeira instância, significa a aprovação nos vestibulares mais concorridos, em carreiras rentáveis economicamente e consideradas de prestígio social. Ou seja, “[...] as classes dominantes procuram a transformação da escola em uma empresa ‘flexível’, produtora de trabalhadores dotados de ‘competências’.” (CASTRO, 2004, p. 80, grifo do autor).

Existe evidência de que rankings em educação afetam o mercado. [...] a posição de uma instituição de ensino superior no ranking do Guia de Estudante afeta de forma significativa o seu *market share*. (ANDRADE; SOIDA, 2012, p. 2).

Esse processo de “mercantilização do ensino” é influenciado e ditado pelas preferências tecnológicas, econômicas e sociais que conformam a nova ordem mundial. E essa nova ordem supõe um sistema de ensino baseado em princípios de eficiência, competitividade e flexibilidade, com o objetivo de formar trabalhadores dotados de competências adequadas ao modelo empresarial.

No entanto, não existe evidência empírica que comprove que o Enem tenha a capacidade de sinalizar a competência do estudante no Ensino Médio, no mercado de trabalho ou em estudos avançados. Estudos sobre a efetiva capacidade do resultado no Enem de prever impactos significativos para o indivíduo ou a sociedade são necessários. (ANDRADE, 2011, p. 340).

As escolas privadas, então, assumem-se como porta-vozes de uma lógica de excelência de ensino, de aprovação nos vestibulares, de melhor infraestrutura, tecnologia educacional de ponta e melhor preparo pedagógico de seus docentes. E mais recentemente, os melhores posicionamentos nos *rankings* educacionais têm dado “[...] um novo fôlego à polêmica entre os méritos e deméritos da escola pública e privada.” (QUARESMA, 2010, p. 80).

Os rankings escolares e a identificação da escola privada à qualidade do ensino trouxeram à ribalta a discussão em torno não só do conceito de “excelência”, o novo signo distintivo num contexto de massificação escolar, mas também do de “sucesso”. (QUARESMA, 2010, p. 84, grifo da autora).

Compreendemos que o sucesso escolar não se restringe tão somente à dimensão instrutiva, nem exclusivamente aos números que são divulgados pelos *rankings* escolares, mas se amplia na medida em que os estudantes “[...] dão sinais de internalização de uma cultura de trabalho, esforço, desenvolvimento das potencialidades e de auto-superação – valores difundidos nestas instituições e mobilizáveis num futuro acadêmico e profissional que se avizinha.” (QUARESMA, 2010, p. 87).

Não há como negar que os estudantes que são socialmente favorecidos, detêm maiores recursos para o sucesso escolar, pois são distintos por um conjunto de privilégios econômicos, sociais e culturais. A mobilização social, cultural e econômica da família durante o processo de escolarização permite que os estudantes tenham conhecimento dos códigos ou regras que não são visíveis para todos que estão inseridos no sistema. Em suma, a escola já supõe e espera que a família tenha essas informações e seja capaz de orientar os estudantes durante todo o processo (DUBET, 2003).

Considerações finais

De acordo com BRASIL (2011), o ENEM é uma avaliação cujos resultados podem ser utilizados para o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira. Mas é óbvio que o ENEM não será a “[...] panacéia para o Ensino Superior, muito menos para os

graves problemas enfrentados pelo Ensino Médio. Portanto, haveremos que ter prudência quanto às potencialidades e vantagens do novo ENEM.” (ANDRIOLA, 2011, p. 122).

Na perspectiva da pesquisa em educação, é importante considerar que o ENEM é o único exame público que contempla as escolas privadas diferentemente da forma amostral adotada no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Alguns estudos, como de Almeida (2009, p. 27), utilizaram como um meio de identificar as escolas que configurariam o campo de pesquisa, os *rankings* produzidos pelo ENEM. Outro exemplo é a pesquisa de Brandão (2003), que utilizou os dados do ENEM para compor o *corpus* de sua pesquisa, e aplicou um *survey* em escolas privadas.

Temos clareza que qualquer tipo de *ranking* em educação apresenta problemas e é passível de críticas, mas não podemos negar que podemos usufruir “[...] - em benefício do conhecimento e da busca da qualidade da educação - da riqueza destas bases de dados já construídas [...]” para a investigação acadêmica. (CARVALHO; FELIPE; MANDELERT, 2011, p. 145).

Nesse sentido é que o *ranking* do ENEM foi um critério balizador na escolha das escolas que nos propomos investigar, pois consideramos que a imagem de “prestígio” e de “excelência” de ensino, que é veiculada pelas diversas mídias, acaba por transmitir à sociedade a ideia de que essa escola é de qualidade, pois está no topo da avaliação nacional e tem aprovado seus estudantes nos cursos mais prestigiados, nas universidades mais concorridas.

Dessa forma, as escolas privadas não escondem a necessidade de “[...] atrair e selecionar apenas aqueles estudantes capazes de serem bem-sucedidos nesse tipo de testes, pois é assim que as escolas e os professores e professoras têm maiores probabilidades de obter prestígio e mais benefícios.” (TORRES-SANTOMÉ, 2003, p. 69).

Por fim, cabe destacar que tais questões nos apontam inúmeras discussões, que encontram limitações nesse texto. No entanto, está claro que o MEC, por meio da avaliação que o ENEM faz do Ensino Médio, ambiciona manter um controle social da escola e da qualidade do ensino além de colocar em pauta as discussões sobre a democratização do acesso às Instituições Federais de Ensino Superior, a avaliação de desempenho em larga escala, bem como a compreensão da reforma do ensino médio e dos requisitos de desempenho desejáveis ao término da escolaridade básica no Brasil (BRASIL, 2008).

Referências

- ALMEIDA, A. M. F. **As escolas dos dirigentes paulistas: ensino médio, vestibular, desigualdade social.** Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- ANDIFES. **Como as instituições federais vão usar o Enem 2011.** Setembro de 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/MNjccY>> Acesso em: 30 jun. 2012.
- ANDRADE, E. C. Rankings em Educação: tipos, problemas, informações e mudanças: análise dos principais rankings oficiais brasileiros. **Est. Econ.**, São Paulo, v. 41 n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/113ZE9F>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- ANDRADE, E. C.; SOIDA, I. A. I. O ranking das escolas de ensino médio baseado no ENEM é confiável? **Insper Working Paper**, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1q90Bcw>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- ANDRIOLA, W. B. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1yxdKkj>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- ATHIAS, Gabriela. Enem poderá ser referência para contratações. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1999. Educação, p. A9. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- AVANCINI, Marta. Enem faz teste para ser o novo vestibular. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2000. Educação, p. A18. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- BRANDÃO, Z. **Escolarização das elites: rendimento escolar do mundo natal.** Relatório Técnico. Departamento de Educação/PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1pOpT2d>>. Acesso em: 15 fev. 2010.
- BRANDÃO, Z. et al. Processos de produção de qualidade de ensino: escola, família e cultura. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27., 2004, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/1AeGKzT>>. Acesso em: 23 abr. 2010.
- BRANDÃO, Z. Sucesso e fracasso escolar no contexto das relações família e escola. In: SANTOS, Lucíola de Licínio de Castro Paixão et al. (Org.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente.** Coleção Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Enem: nota técnica.** Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/N0XF0D>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Enem: relatório pedagógico 2007.** Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/NTu7Tq>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Enem: documento básico.** Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/R6PO5S>>. Acesso em: 23 jan. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 4. ed. Brasília, DF: 2007.
- CAFARDO, Renata. 1,8 milhão no Enem, com a cabeça no vestibular. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2002. Educação, p. A18. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O nó do ensino médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CARVALHO, C. P. de; FELIPE, L. H. L.; MANDELERT, D. Uso de dados de avaliação para escolha de escolas para um Survey: desafios para a imaginação e o rigor metodológico.

Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 70, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/1AeHbdy>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

CASTRO, Ramón Peña. Escola e mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada ao serviço da economia. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 01, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/JRd0Te>>. Acesso em: 16 jun. 2011.

DUBET, F. A escola e a exclusão. Tradução de Neide Luzia de Rezende. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, jul./ 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/1q9112C>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

FENEP. Federação Nacional das Escolas Particulares. **Números do ensino privado 2005**. Relatório final do Convênio entre a Federação Nacional das Escolas Particulares e a Fundação Getúlio Vargas. FENEP/FGV, 2006. Disponível em: <<http://bit.ly/IzGguy>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

HELENE, Otaviano. O caso do Enem (Ou o caso do Enem?). **Caros amigos**, n. 166, v. 11. São Paulo: Casa Amarela, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/OI2BW4>>. Acesso em: 26 jul. 2012.

HILÁRIO, R. A. O Enem como indutor de políticas públicas para melhoria da qualidade do ensino. **Cadernos de Pós-graduação – Educação**, São Paulo, v. 7, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/XieGOe>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

JUNQUEIRA, Juliana. Colégios e cursinhos organizam simulados para ajudar estudantes. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 ago. 1999. Educação, p. A14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

KLEIN, R.; FONTANIVE, N. Uma nova maneira de avaliar as competências escritoras na Redação do ENEM. **Ensaio:** aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 65, out./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v17n65/v17n65a2.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

LOPES, A. C.; LÓPEZ, S. B. A performatividade nas políticas de currículo: o caso do Enem. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/05.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

MACHADO, Nilson José. A loteria do Enem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 jan. 2012. Tendências/Debates, Opinião, p. A3. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

MACHADO, Paulo Henrique Alves; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. O Enem no contexto das políticas para o ensino médio. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA ANPED CENTRO-OESTE, 11., 2012, Corumbá. **Anais eletrônicos...** Corumbá: 2012. Disponível em: <<http://www.anpedco2012.ufms.br/anais.html>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

MANDELLI, Mariana. Agora tem até cursinho preparatório para o Enem. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 6 set. 2010. Educação, p. A14. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

QUARESMA, M. L. R. V. A escola pública ao colégio privado: entre a homogeneidade perdida e a homogeneidade reivindicada. **Sociologia da Educação**, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/16556/16556.PDF>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SANTOS, J. M. C. T. Exame Nacional do Ensino Médio: Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 40, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://historico.enem.inep.gov.br/arquivos/Docbasico.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.